

RACISMO COMO FATOR DE RISCO PARA CRIMES DE ATROCIDADE:



O seguinte estudo de caso foi escrito por um consultor independente em nome da Global Initiative for Justice, Truth and Reconciliation (Iniciativa Global para Justiça, Verdade e Reconciliação, GIJTR). Este estudo de caso é baseado em uma combinação de pesquisa documental, análise de documentos e entrevistas. Portanto, o estudo reflete essas perspectivas e descobertas, conforme compiladas e escritas pelo(s) autor(es) consultor(es). Os entrevistados foram anonimizados para garantir sua segurança e privacidade, mas a GIJTR agradece o tempo e a participação de todos os entrevistados.

Um Estudo de Caso em Sri Lanka¹

Autor: Bhavani Fonseka

1 Introdução

Em 2023, o Sri Lanka celebrou 75 anos de independência, após mais de quatro décadas de domínio colonial. Infelizmente, uma história de tensões raciais e étnicas enraizadas no passado do país contribuiu para uma guerra étnica que durou décadas e que terminou há menos de vinte anos. E hoje, o etno-nacionalismo e o racismo continuam a atormentar o Sri Lanka. As causas profundas do conflito permanecem, com pouco ou nenhum esforço feito para abordar os fatores estruturais que contribuem para a discriminação e a violência. As falhas em múltiplas frentes—para abordar as causas profundas do conflito, para deter o etno-nacionalismo e a violência, e para responsabilizar os perpetradores e iniciar medidas que evitem a recorrência—contribuíram para uma cultura de impunidade. Esta perspectiva existe porque o Sri Lanka testemunhou décadas de violações por parte de atores estatais e não estatais, com ações limitadas tomadas para responsabilizar os perpetradores.

Este estudo de caso examina brevemente os principais aspectos do racismo e dos crimes hediondos no Sri Lanka. Começa com uma breve visão geral da dinâmica histórica relevante. Em seguida, discute a situação atual do racismo no Sri Lanka e a marginalização de comunidades específicas. O estudo prossegue examinando os fatores que contribuem para os crimes hediondos, seguido de uma análise das estratégias e ferramentas utilizadas pelos atores para abordar o racismo e a violência no Sri Lanka. Isto é seguido por uma análise

dos sucessos e retrocessos destes esforços e conclui com uma breve seção de recomendações.

2 A complexa história do Sri Lanka: séculos de tensões étnicas e raciais

O último censo nacional do Sri Lanka em 2012 indicou que os Cingaleses eram 74,9% da população, os Tâmeis do Sri Lanka eram 11,2% e os Muçulmanos eram 9,3%. O restante é composto por Tâmeis Malaiyaha, Burghers, Malaios e aqueles que se classificam como “outros.”² A população é ainda categorizada por religião, incluindo Budistas, Hindus, Muçulmanos, Católicos Romanos, Cristãos e outros. A maioria dos Cingaleses são budistas e a maioria dos Tâmeis são Hindus, embora ambos os grupos tenham um número significativo de Cristãos e Católicos. O censo mais recente reflete uma população diversificada no Sri Lanka, e parte deles vivem juntos há centenas de anos, mas devido a políticas racistas e preconceitos estruturais, têm lutado para encontrar uma paz duradoura e igualdade para todos. Os desafios atuais começaram há muito tempo e uma breve história é um ponto apropriado para começar este estudo de caso.

O Sri Lanka enfrentou o domínio colonial sob três grupos: os Portugueses (1505-1658), os Holandeses (1658-1796) e, por último, os Britânicos (1796-1948). O etno-nacionalismo e as tensões no Sri Lanka emergiram significativamente durante este período colonial, colocando a comunidade majoritária Cingalesa contra a comunidade minoritária Tâmil. Esta história influenciou as políticas e a legislação introduzidas após a independência, ajudando a perpetuar a discriminação e a violência. Esta seção examina brevemente os acontecimentos que contribuíram para as divisões étnicas e religiosas do Sri Lanka, incluindo a discriminação institucional e as evidências de crimes hediondos em todo o país.

Pós-independência: a difusão do racismo no Sri Lanka

Durante o domínio britânico, a comunidade Tâmil foi considerada como se beneficiando mais das nomeações oficiais, criando tensões entre os grupos cingaleses e tâmeis. Quando o Sri Lanka obteve a independência dos britânicos em 1948, o país assistiu posteriormente a uma série de desenvolvimentos que beneficiaram os cingaleses. Uma lei fundamental que beneficiou a comunidade majoritária—e teve impacto na trajetória do Sri Lanka—é a Lei Única do Cingalês de 1956. Esta lei tornou o cingalês a única língua oficial no Sri Lanka, o que criou obstáculos significativos para as pessoas que falam tâmil acessar serviços públicos, bem como empregos e promoções governamentais.³ Outra política fundamental que destacou a discriminação contra as populações minoritárias foi a padronização. A

GLOBAL INITIATIVE FOR JUSTICE, TRUTH AND RECONCILIATION (GIJTR)

Em 2014, a International Coalition of Sites of Conscience (ICSC) lançou a Global Initiative for Justice, Truth and Reconciliation (GIJTR), um consórcio de nove organizações internacionais focado em oferecer abordagens holísticas, integrativas e multidisciplinares para assuntos relacionados à verdade, à justiça e à reconciliação. O GIJTR trabalha principalmente com populações locais, organizações da sociedade civil, sobreviventes e governos para desenvolver abordagens de Justiça de Transição colaborativas e centradas na vítima e que apoiem a dignidade, o respeito, a inclusão e a transparência em sociedades emergentes de conflitos ou períodos de governo autoritário. Desde a sua fundação, o GIJTR se envolveu com pessoas de 76 países, trabalhou com 681 OSCs conduzindo 463 projetos voltados para a comunidade e apoiou 7.460 iniciativas que lidam com violações aos direitos humanos.

Acesse gijtr.org para mais informações.



GIJTR

Global Initiative for Justice
Truth & Reconciliation

política procurava fornecer oportunidades educacionais para estudantes cingaleses desfavorecidos, ao mesmo tempo que exigia que os estudantes tâmeis obtivessem resultados mais elevados nos exames para serem admitidos na universidade. Estas mudanças e a política linguística foram justificadas como uma resposta à histórica falta de oportunidades para os Cingaleses, uma vez que a comunidade era considerada marginalizada durante o período colonial britânico. As duas políticas resultaram em que estudantes Tâmil, funcionários públicos e a comunidade Tâmil como um todo ficassem em desvantagem no acesso a serviços, empregos e à admissão em universidades.

Desde a independência do Sri Lanka, subsistem vários desafios de discriminação racial. As práticas e políticas discriminatórias resultaram no agravamento das tensões étnicas entre as comunidades Cingalesa e Tâmil, e eclodiram motins em 1958 e 1977. O pogrom de 1983, que viu dias de violência patrocinada pelo Estado contra a comunidade tâmil, resultou em milhares de mortes e deslocamentos, pois casas e propriedades tâmeis foram destruídas.⁴ Estes ciclos de violência levaram alguns membros da comunidade Tâmil a procurar asilo noutros países, criando uma grande diáspora espalhada por todo o mundo.

Esforços políticos para reduzir a discriminação: falhas no sistema

Estas práticas e políticas discriminatórias contínuas ocorreram durante várias tentativas falhadas de encontrar uma solução política. Leis draconianas, como a Lei de Prevenção do Terrorismo (PTA), foram introduzidas e utilizadas para atingir minorias e críticos.⁵ Os anos de guerra testemunharam a declaração de vários estados de emergência; regulamentos de emergência foram utilizados para restringir os direitos fundamentais dos cidadãos e prender e deter aqueles considerados uma ameaça à segurança nacional. A utilização do PTA, que foi introduzida como lei temporária em 1979 para atingir minorias e críticos, também produziu décadas de abusos. Estas e outras leis foram utilizadas para atingir indivíduos e comunidades com leis anti-terrorismo e de emergência e tornarem-se a norma e não a exceção durante os anos de guerra e em alguns períodos do pós-guerra no Sri Lanka.⁶

A exigência de um acordo político continuou ao longo das décadas. Em 1987, os governos do Sri Lanka e da Índia assinaram o Acordo de Paz Indo-Sri Lanka que culminou na adoção da Décima Terceira Emenda à Constituição e na Lei dos Conselhos Provinciais de 1987. Esta previa a devolução do poder às províncias.⁷ Este é o quadro atual no Sri Lanka, mas tem havido uma descentralização de poder realizada de forma limitada, bem como com desafios na implementação.

A contínua discriminação enfrentada pelas minorias também resultou na formação de partidos políticos para representar os seus interesses.⁸ O sistema eleitoral do Sri Lanka é um sistema representativo proporcional que provê a grupos menores a capacidade de desempenhar um papel crucial na política. Vários partidos minoritários tornaram-se assim parceiros de coligação no governo e usaram a sua influência para negociar em prol das suas comunidades. Apesar disso, o etno-nacionalismo continua. A falta de progresso na busca de uma solução política resultou no surgimento de vários grupos Tâmil, alguns apelando a uma pátria Tâmil separada ou Tâmil Ealam.⁹ Esses apelos levaram ao uso de táticas armadas e ao aumento da violência dentro dos grupos Tâmil. Um desses grupos, os Tigres de Libertação do Tâmil Ealam (LTTE), recorreu à violência e atacou os seus oponentes Tâmil através de assassinatos políticos e outros tipos de violência, até que acabou por afirmar ser o único representante do povo Tâmil.

Julho Negro: o caminho violento para a guerra

Os ciclos de violência culminaram na guerra civil de quase três décadas, iniciada em 1983, entre o governo do Sri Lanka (GOSL) e o LTTE.¹⁰ Isto foi desencadeado pela morte de vários soldados cingaleses em Jaffna (parte Norte do Sri Lanka). Os seus funerais foram realizados no coração de Colombo e a violência espalhou-se por várias partes da cidade. A comunidade Tâmil foi alvo e as suas propriedades foram saqueadas, queimadas e destruídas. Ao longo

de vários dias de violência, as multidões cingalesas usaram registros eleitorais para atingir as comunidades Tâmil, com algumas acusações de que a atividade era violência patrocinada pelo Estado. Este período ficou conhecido como “Julho Negro”—2023 marca o aniversário de 40 anos. Para muitos, Julho Negro passou a simbolizar o papel do Estado no ataque violento às minorias. Tal como observado por uma testemunha ocular, “os acontecimentos no Julho Negro foram um indicador claro da política estatal de racismo e de como as minorias eram tratadas como cidadãos de segunda classe.”¹¹ O Julho Negro deu início à guerra civil e aos quase trinta anos de violência em que o Sri Lanka foi mergulhado. A violência acabou por finalizar, mas apenas após a derrota militar do LTTE, incluindo o assassinato da sua liderança em maio de 2009. Na sequência da violência ficaram dezenas de milhares de pessoas mortas, desaparecidas e deslocadas, bem como uma devastação massiva e ampla.¹²

3 Situação atual das relações raciais: uma paz frágil após a guerra

Apesar do fim das hostilidades, os anos do pós-guerra foram marcados por ciclos de violência étnico-nacionalista e étnico-religiosa, incluindo novos incitamentos e discursos de ódio. A pandemia de COVID-19 e a crise económica de 2021–22 trouxeram novos desafios, incluindo restrições às liberdades civis e novas incertezas. Estes acontecimentos recentes realçaram as complexas relações e tensões étnico-religiosas do Sri Lanka e contribuíram para preocupações relativas à sua frágil paz. Os desafios estendem-se a quase todos os grupos minoritários no Sri Lanka.

Violência étnico-religiosa: riscos para a comunidade muçulmana

A comunidade muçulmana tem enfrentado discriminação e violência tanto por parte de iniciativas apoiadas pelo Estado como de atores privados.¹³ A expulsão dos muçulmanos do Norte pelos LTTE e os ataques às mesquitas em 1990, que mataram vários fiéis muçulmanos, são casos em que a comunidade enfrentou violência às mãos de um ator não estatal—com profundas implicações para a coexistência e a reconciliação.¹⁴ A comunidade Muçulmana tem enfrentado discriminação, assédio, incitamento e violência nas mãos de grupos nacionalistas extremistas.

A violência étnico-religiosa que se viu nos anos do pós-guerra tem sido testemunha de um aumento do incitamento e da violência por parte de grupos budistas cingaleses extremistas, incluindo o clero budista, tendo como alvo comunidades Tâmil e Muçulmanas, incluindo locais de culto e propriedades. Incidentes como a violência em Aluthgama em 2014, Digana em 2018, e os ataques no Domingo de Páscoa em 2019, estiveram ligados a grupos cingaleses de linha dura com o envolvimento de clérigos budistas extremistas que incitaram à violência contra a comunidade muçulmana.¹⁵ Por exemplo, grupos como o Bodu Bala Sena (BBS) foram acusados de incitamento sem que se conhecesse qualquer ação tomada em relação a isso.

Os anos do pós-guerra também testemunharam o aumento da desinformação e do discurso de ódio através das plataformas de redes sociais. Em alguns casos, a atividade nas redes sociais resultou em ataques e violência contra a comunidade muçulmana, como se viu nos ataques acima mencionados em Aluthgama, Digana e nos ataques do Domingo de Páscoa. Embora a utilização das redes sociais para difundir notícias falsas e discursos de ódio tenha resultado no encerramento temporário de algumas plataformas, não foram tomadas quaisquer medidas conhecidas contra as próprias partes que divulgavam as notícias falsas ou incitavam à violência. Em vez de responsabilizar os indivíduos, o líder do BBS foi nomeado para chefiar um grupo de trabalho pelo então Presidente Gotabaya Rajapaksa, indicativo da proteção e patrocínio por parte dos políticos e do governo.

Acumulando o poder do Estado: demonstrando a impunidade através de estruturas sancionadas pelo Estado

Os últimos anos também viram o surgimento de outros grupos nacionalistas extremistas em todas as comunidades.¹⁶ Vários que alegam proteger a raça budista cingalesa surgiram com reivindicações de apoio estatal para obter terras e fundos. O apoio oficial a tais grupos ficou evidente durante as presidências de Mahinda Rajapaksa (2005-15) e Gotabaya Rajapaksa (2019-22), uma vez que posições-chave no governo e nas instituições foram oferecidas a indivíduos ligados a tais grupos. Tais sentimentos também eram evidentes em grupos comerciais, midiáticos e profissionais com laços estreitos com a família Rajapaksa e os militares. Conotações etno-nacionalistas foram vistas em algumas das posições e nas mensagens de alguns meios de comunicação social e entidades comerciais, mais proeminentemente nas campanhas anti-muçulmanas no período pós-guerra.¹⁷

A nomeação de vários grupos de trabalho pelo então Presidente Gotabaya Rajapaksa levantou preocupações quanto às implicações na governança e nos direitos. Uma entidade específica para examinar questões de importância arqueológica na província oriental do Sri Lanka era chefiada pelo Secretário do Ministério da Defesa e incluía um membro do clero budista e o proprietário de uma empresa de comunicação social. A nomeação deste grupo de trabalho específico ocorreu enquanto havia tendências crescentes de o governo utilizar o patrimônio nacional e a arqueologia para se apropriar de terras pertencentes e utilizadas por comunidades minoritárias.

A Província Oriental é composta pelas três comunidades (Muçulmana, Cingalesa e Tâmil) e a ausência de representação minoritária no grupo de trabalho inicial suscitou preocupação.¹⁸ Houve também preocupações sobre a razão pela qual foi dado a um grupo de trabalho o poder de investigar a arqueologia quando já existiam instituições estatais com o mesmo mandato. Agravando esta situação estava o envolvimento dos militares na identificação e proteção dos locais, alimentando a percepção de um nexo entre grupos extremistas budistas cingaleses e os militares. Todas estas atividades ocorreram durante o aumento das medidas para a apropriação de terras pertencentes a minorias sob o pretexto da segurança nacional, do desenvolvimento e do patrimônio nacional, levantando preocupações sobre se estas seriam a continuação de velhas tendências de tentativa de mudança demográfica na área para influenciar as perspectivas eleitorais. Conforme observado por um acadêmico: “A crescente dependência da arqueologia para justificar a apropriação de terras alimenta o receio de que esta seja a mais recente tática para mudar a demografia na área.”¹⁹

Outra força-tarefa nomeada pelo Presidente Gotabaya Rajapaksa foi chefiada pelo líder do BBS com o mandato de formular uma política de “um país, uma lei.” As minorias, a sociedade civil e outros temiam que esta fosse mais uma ferramenta para minar a diversidade cultural e o pluralismo do Sri Lanka.

O racismo inerente à política estatal ficou evidente durante a pandemia da COVID-19, quando o governo impôs a proibição de enterros e tornou as cremações obrigatórias.²⁰ Esta política impactou particularmente a comunidade muçulmana que foi forçada a seguir uma política contrária às suas práticas religiosas funerárias. Apesar de não haver provas de riscos para a saúde e de os especialistas em saúde terem apelado a uma reconsideração, o governo recusou-se a reverter a política. A reversão só ocorreu vários meses depois—e poucas semanas antes do início da sessão do Conselho dos Direitos Humanos das Nações Unidas (CDHNU), onde o historial dos direitos humanos no Sri Lanka esteve sob escrutínio, sinalizando que a reversão se devia apenas à pressão internacional.

Riscos de racismo para outras comunidades minoritárias

Deve também ser dada atenção à comunidade Tâmil Malaiyaha, que foi originalmente trazida para o Sri Lanka como trabalhadores forçados pelos britânicos para trabalhar nas plantações de chá ou como comerciantes. (2023 marca o aniversário de 200 anos da sua chegada ao Sri Lanka.) Eles têm enfrentado discriminação ao longo dos anos, incluindo a negação da cidadania e desafios significativos no acesso a serviços básicos como habitação, cuidados

de saúde, educação, endereço e outras questões.²¹ A comunidade recebeu a cidadania do Sri Lanka apenas em 2003, ao abrigo da Lei da Cidadania. Duas décadas depois, a comunidade ainda enfrenta problemas na obtenção de documentação oficial devido a atrasos administrativos e à falta de serviços na área, colocando a comunidade numa situação vulnerável e exposta a mais violência estrutural. Alguns membros continuam a não possuir documentos básicos, como certidões de nascimento e carteira de identidade nacionais, criando obstáculos à obtenção de serviços governamentais ou à candidatura a emprego.²² Muitos na comunidade ainda trabalham nas plantações de chá e recebem salários muito baixos, apesar da indústria do chá ser uma economia fundamental no Sri Lanka. Apesar dos 75 anos desde a independência, as condições de vida da comunidade não melhoraram. Eles continuam a viver nos chamados “quartos lineares,” um quarto individual construído como parte de uma unidade residencial que foi vista pela primeira vez na época colonial. Tal como observado por um ativista que trabalha com a comunidade: “os serviços de saúde e educação são inadequados e as crianças têm baixo peso e estão subnutridas.”²³ Os problemas sociais também persistem, incluindo a violência doméstica, o alcoolismo e outros desafios. Apesar dos esforços para fazer lobby por melhores salários, condições de vida e melhores serviços, as respostas do Estado e da indústria do chá têm sido lentas e resistentes à mudança. Alguns mudaram-se para outras partes do Sri Lanka em resposta às desigualdades estruturais e em busca de oportunidades educacionais e de emprego.

As práticas discriminatórias continuam a visar outros grupos, incluindo os grupos indígenas do Sri Lanka conhecidos como Wanniyatto ou comunidade Vedda. Residem em partes das províncias de Uva e do Leste e têm enfrentado desafios no acesso a serviços básicos como educação, saúde, habitação, bem como limitações no exercício dos seus direitos culturais. Durante décadas, foram vistos como antiquados e pouco sofisticados, embora a migração urbana nos últimos anos tenha resultado em mudanças, à medida que a geração mais jovem abandonou a comunidade em busca de empregos e melhores condições de vida.²⁴

Além disso, os direitos linguísticos têm sido um problema persistente no Sri Lanka devido ao legado da Lei Somente [Cingalês]. A Décima Terceira Emenda à Constituição reconheceu o Tâmil como língua oficial, mas desafios práticos ainda são enfrentados pelas comunidades de língua Tâmil, uma vez que documentos governamentais, avisos e até mesmo placas de sinalização oficiais continuam a estar em cingalês.

“Cingalização:” etno-nacionalismo através da apropriação de terras

A terra tem sido uma questão altamente contestada no Sri Lanka. Tem havido vários conflitos ligados ao etno-nacionalismo e às terras apropriadas sob o pretexto de segurança nacional, turismo, desenvolvimento, patrimônio nacional e arqueologia.²⁵ Ao longo das décadas, os esquemas de colonização patrocinados pelo Estado testemunharam a realocação da comunidade maioritária para áreas que eram predominantemente ocupadas por pessoas de língua Tâmil. Além disso, foram tomadas terras para Zonas de Alta Segurança e acantonamentos militares, deslocando pessoas das suas casas e terras agrícolas. A contínua ocupação pelos militares de grandes extensões de terras privadas, mesmo mais de 14 anos após o fim da guerra, levanta questões sobre a razão pela qual o governo é incapaz de encontrar soluções duradouras.

Além disso, tudo isto ocorreu num contexto de receios desenfreados de que as terras apropriadas para a segurança nacional estejam contribuindo para o objetivo de mudar a demografia e consolidar o nexu budista e militar Cingalês. O que ficou conhecido como “Cingalização” resultou no surgimento de placas de nomes cingaleses e nomes de aldeias, bem como locais de culto budistas, todos se tornando mais comuns em áreas predominantemente tâmeis.²⁶ O aumento de templos budistas construídos na área levou a novos assentamentos cingaleses.²⁷ O número crescente de pessoas da comunidade cingalesa nas duas províncias alimenta o receio de que a “Cingalização” patrocinada pelo Estado altere a demografia e, conseqüentemente, tenha impacto nos resultados eleitorais. Isto também contribuiu para novos conflitos étnicos na área e receios de apropriação de terras e militarização, além das mudanças demográficas. As tentativas mais recentes das autoridades e do clero budista consistem em utilizar o patrimônio

nacional e a arqueologia para se apropriar de terras pertencentes a minorias e locais de culto religioso. Isto também levou ao renascimento do clero budista de linha dura e de grupos Budistas Cingaleses.

Legislação e o impacto no racismo estrutural

Ao longo dos anos, o Sri Lanka tem assistido à utilização de leis antiterroristas e de emergência para atingir as minorias através de prisões e detenções.²⁸ A PTA é um exemplo da utilização de uma lei draconiana para deter indivíduos durante anos e, por vezes, décadas, com base em provas infundadas, incluindo prisioneiros políticos detidos sem acusação durante anos ao abrigo da PTA e depois libertados. Também tem sido utilizada para coagir confissões—investigações locais independentes e pronunciamentos judiciais confirmam que a tortura é frequentemente utilizada contra minorias para obter essas confissões. Além do PTA, as autoridades recorreram à Lei do Pacto Internacional sobre os Direitos Cívicos e Políticos (PIDCP). A Seção 3(1) da Lei PIDCP considera “crime uma pessoa propagar a guerra ou defender o ódio nacional, racial ou religioso que constitua incitamento à discriminação, hostilidade ou violência.” Esta disposição tem sido usada nos últimos anos para prender e deter comediantes, blogueiros e autores por criticarem o Budismo. Em contraste, não foram tomadas quaisquer medidas para responsabilizar aqueles que incitaram a violência contra comunidades minoritárias.

Tal como observado por um educador e ativista baseado na Província Oriental do Sri Lanka, “a intolerância e a marginalização são evidenciadas em diferentes níveis de governo e infiltraram-se na sociedade e nos meios de comunicação social.”²⁹ A incapacidade e a falta de vontade de abordar a discriminação e a violência contínuas incitadas pelos nacionalistas budistas cingaleses extremistas perpetuam a percepção de que alguns estão fora do alcance da lei e reforçam um sentimento de impunidade. A nomeação de clérigos linha-dura e outros para instituições-chave também envia uma mensagem de que alguns estão protegidos pelo atual governo. Tais práticas legitimaram ideologias e práticas racistas entre as instituições estatais, os meios de comunicação social e a sociedade. Tal como mencionado anteriormente, nos últimos anos também assistimos à utilização das redes sociais para difundir notícias falsas, desinformação e desinformação, resultando na exacerbação de tensões étnico-religiosas e, em alguns casos, de violência. Os desenvolvimentos no Sri Lanka do pós-guerra demonstram como as redes sociais, numa sociedade propensa ao incitamento e à violência, podem desencadear mais violência que pode levar a crimes hediondos.

4 Como o racismo contribui para os riscos de atrocidades

O Sri Lanka enfrenta vários desafios que contribuem para riscos de atrocidades. Esta seção expande algumas questões levantadas anteriormente e como as práticas e políticas discriminatórias podem contribuir para os riscos de crimes hediondos.

Apesar de a Constituição garantir a igualdade a todos os cidadãos e o Artigo 12 (2) proibir a discriminação com base na “raça, religião, língua, casta, sexo, opinião política, local de nascimento ou qualquer um desses motivos,” existem desafios práticos enfrentados por indivíduos e comunidades. Embora existam leis contra a discriminação, não existe legislação que proporcione e promova a igualdade de oportunidades semelhante às leis encontradas em outras comunidades. Isto deixa os grupos minoritários sem recurso legal. Além disso, persistem práticas discriminatórias no setor privado e noutras entidades fora do serviço público.

Ao longo dos anos, grupos locais e internacionais de direitos humanos e as Nações Unidas documentaram leis, políticas e práticas discriminatórias no Sri Lanka, incluindo a forma como as minorias étnicas e religiosas foram visadas e marginalizadas por atores estatais e não estatais.³⁰ No seu relatório ao Conselho dos Direitos Humanos das Nações Unidas (UNHRC) em 2021, a Alta Comissária para os Direitos Humanos falou dos primeiros sinais de alerta de uma deterioração da situação dos direitos humanos e do aumento dos riscos de futuras violações, instando os Estados-membro a uma forte agenda de prevenção.³¹ O Alto Comissário destacou o aumento da militarização das funções governamentais civis, a inversão das salvaguardas constitucionais, os desafios de responsabilização, a retórica excludente, a intimidação da sociedade civil e a utilização de leis anti-terrorismo. O relatório foi debatido no UNHRC e uma resolução adotada em 2021 que apelava à monitorização contínua do trabalho de direitos humanos e reconciliação do Sri Lanka, entre outras medidas.

O fato de o Sri Lanka estar perante o CDHNU há mais de uma década (a primeira resolução foi adotada em 2012) indica desafios contínuos relativos à responsabilização, aos direitos humanos e à reconciliação. Os relatórios do Alto Comissário, os relatórios de grupos locais e internacionais, a documentação dos procedimentos especiais da ONU e até mesmo as conclusões dos mecanismos nacionais falam de múltiplos desafios nestas áreas amplas. Algumas destas questões indicam como os conflitos étnico-religiosos têm o potencial de desencadear mais violência.

O etno-nacionalismo infundiu políticas e práticas discriminatórias ao longo das décadas que visam as comunidades minoritárias.³² Leis como a PTA e a Lei do PIDCP continuam em vigor, apesar das evidências de que a PTA tem sido amplamente utilizada contra as minorias Tâmil e Muçulmana,³³ e a Lei do PIDCP tem sido usada como arma contra aqueles que criticam o Budismo. Entretanto, aqueles que incitam à violência contra as minorias permanecem intocados. Em 2021, o então governo tentou implementar regulamentos emitidos ao abrigo do PTA para abordar o que foi denominado “des-radicalização,” enviando indivíduos para “reabilitação” sem as devidas salvaguardas processuais. Esta foi vista como a mais recente tentativa do governo de utilizar leis anti-terrorismo para atingir as minorias e sustentar a narrativa de grupos islâmicos radicalizados. Foi contestado na Suprema Corte, resultando em uma ordem de suspensão que está atualmente em vigor. Nos últimos anos, surgiram outras propostas problemáticas, como o projeto de Lei Anti-Terror, que continha disposições alarmantes e garantias desprovidas de devido processo. As críticas públicas e os desafios judiciais atrasaram a introdução de tais leis e regulamentos, mas o fato de sucessivos governos tentarem introduzir tais leis draconianas no Sri Lanka do pós-guerra demonstra uma mentalidade em que a proteção das liberdades civis não é uma prioridade.

Esta seção destacou alguns exemplos de leis, políticas e práticas repressivas que são infundidas pelo etno-nacionalismo e têm como alvo as minorias étnicas e religiosas. As políticas, leis e práticas discriminatórias perpetuaram o incitamento e a violência com receios de que hajam desencadeadores de novos conflitos. E, como

mencionado anteriormente, algumas plataformas de redes sociais forneceram notícias falsas, desinformação e desinformação que desencadearam violência étnico-religiosa, incluindo incidentes em Aluthgama (2014), Digana (2018) e os ataques pós-Domingo de Páscoa (2019) contra a população muçulmana. Isto levou ao encerramento temporário de algumas plataformas de redes sociais, mas não foram tomadas quaisquer medidas para responsabilizar os perpetradores individuais. Tal como observado por um antigo comissário de uma iniciativa estatal, “a incapacidade do Sri Lanka de abordar as causas profundas do conflito e de tomar medidas contra os perpetradores da violência continua a alimentar o racismo com potencial para a erupção de novos conflitos.”³⁴

5 Resistência comunitária: uma resposta ao racismo

O Sri Lanka tem uma resistência vibrante liderada por cidadãos que, ao longo das décadas, utilizou uma variedade de métodos para desafiar leis, políticas e práticas discriminatórias.³⁵ Protestos, vigílias, manifestações pacíficas, debates públicos e petições públicas, entre outras táticas de mobilização cidadã, têm sido utilizadas para se opor às iniciativas estatais. Isto incluiu diversos atores—desde grupos de vítimas e sociedade civil até sindicatos, partidos políticos e grupos profissionais. Mais recentemente, uma crise económica sem precedentes resultou em protestos de milhares de pessoas durante vários meses, o que acabou por resultar na demissão do presidente e do seu governo.

A mobilização cidadã em 2022 (discutida abaixo) foi construída com base na rica história de ativismo político do Sri Lanka. Isto inclui a formação da Frente das Mães no Sri Lanka, que aumentou a sensibilização para os desaparecimentos forçados e pressionou pela responsabilização.³⁶ Os protestos pós-guerra das famílias dos desaparecidos continuaram por mais de 2.000 dias. Outras questões que têm visto diferentes formas de mobilização incluem comunidades agrícolas e piscatórias cujos meios de subsistência foram afetados por políticas estatais desastrosas, comunidades que se opõem à apropriação de terras e professores e sindicatos que se opõem à militarização do ensino superior, bem como aqueles que se lembram dos entes queridos perdidos em todo o Sri Lanka. O impeachment do então presidente do tribunal e as atrocidades cometidas durante a guerra foram pontos comuns que reuniram diversos grupos para se oporem à presidência de Mahinda Rajapaksa.³⁷

A regressão democrática e o etno-nacionalismo evidentes durante a presidência de Gotabaya Rajapaksa e a má gestão da economia levaram a um nível de mobilização sem precedentes. Pessoas de todas as esferas da vida foram unificadas: diferentes grupos profissionais e etnias, religiões e faixas etárias. O primeiro movimento para unificar grupos Tâmeis e Muçulmanos sob o regime de Gotabaya Rajapaksa foi a marcha de Pottuvil a Polikandy, realizada em fevereiro de 2021. Milhares de pessoas uniram-se para exigir igualdade e justiça para as comunidades minoritárias. Os manifestantes enfrentaram vigilância e intimidação e desafiaram as ordens judiciais para continuar a marcha e fazer as suas exigências. À medida que os protestos evoluíram, também evoluíram os esforços do governo para reprimir a dissidência através da violência, da intimidação e de outras táticas, incluindo restrições arbitrárias.³⁸

O poder do PIL: litígios de interesse público para conscientizar

Os protestos no Sri Lanka evoluíram nos últimos anos para além dos protestos de rua tradicionais, incluindo litígios de interesse público (PIL), o uso das redes sociais e as artes. As redes sociais no Sri Lanka injetaram novos níveis de energia e criatividade nos protestos e aumentaram o envolvimento entre todas as faixas etárias e regiões. Isto ficou evidente em 2022, quando muitos utilizaram plataformas de redes sociais para aumentar a sensibilização e resistir a táticas repressivas.

A utilização dos PIL aumentou nos últimos anos, com mais cidadãos a apresentarem processos para contestar as alterações propostas ao quadro constitucional e legislativo do Sri Lanka e práticas injustas e arbitrárias. Os PIL também infundiram debates mais amplos entre os decisores políticos e o público, aumentando a sensibilização para importantes questões contemporâneas. As redes sociais ajudaram a informar o público sobre a evolução na sala do tribunal e as suas implicações. Os PIL também tem sido utilizados para contestar leis e regulamentos propostos que conferem amplos poderes ao executivo para prender e deter—práticas arbitrárias que tentam a apropriação de terras e silenciam os meios de comunicação social e os críticos, entre outros. Nos últimos anos, diferentes atores que se uniram através dos PIL e de outras medidas rejeitaram tais ações arbitrárias. Por exemplo, a crise constitucional de 2018 uniu partidos políticos, sociedade civil, sindicatos e académicos para desafiar a flagrante tomada de poder por Mahinda Rajapaksa, que resultou na destituição arbitrária do primeiro-ministro em exercício e no caos na governança. Num raro momento de unidade, muitos saíram às ruas para contestar esta situação no Supremo Tribunal e no Tribunal de Recurso do Sri Lanka. Cinquenta e dois dias de ativismo resultaram num julgamento histórico que pôs fim à crise com a demissão de Mahinda Rajapaksa e a reinstalação de Ranil Wickremasinghe como primeiro-ministro.

Da mesma forma, a introdução da 20.ª Lei de Emenda à Constituição em 2020, que consolidou ainda mais poder dentro da presidência executiva e enfraqueceu instituições independentes, levou a que diversos atores se unissem. Os ativistas agiram contra o projeto de lei apresentando contestações legais ao Supremo Tribunal e utilizaram protestos, campanhas mediáticas e debates políticos para expressar a sua dissidência, forçando o governo a introduzir várias alterações ao projeto de lei. Apesar de ter maioria no Parlamento, o governo foi forçado a incorporar várias destas alterações, um triunfo para uma confederação de grupos sub-representados.

Aragalaya: o poder dos protestos

Em 2022, uma crise sem precedentes despertou a mobilização cidadã. As manifestações protestaram contra a escassez de itens essenciais (e as longas filas para obtê-los), o aumento vertiginoso do custo de vida e os longos cortes de energia. Estes protestos continuaram durante vários meses, incluindo a formação de locais de ocupação como o de Galle Face Green (conhecido como “GotaGoGama”) que existiu durante mais de 100 dias.³⁹ Notavelmente, apesar de o governo ter imposto medidas de emergência e usado a intimidação para dissuadir os protestos, os protestos pacíficos continuaram, resultando em última análise na demissão do presidente e do seu governo.

Um ano depois do Aragalaya, a mobilização cidadã continua, mas em menor escala. O espaço criado durante o Aragalaya aumentou a sensibilização para outras questões, incluindo o etno-nacionalismo, a reconciliação e outras questões. Por exemplo, o primeiro evento público de memória no Sul pelo fim da guerra foi realizado em GotaGoGama em maio de 2022 e seguido por outro noutra área em Colombo em maio de 2023.

O Aragalaya também foi notável porque conectou comunidades de diferentes regiões, com várias do Norte e do Leste juntando-se ao protesto. No entanto, continua a haver ambivalência entre alguns no Norte e no Leste em relação aos manifestantes no Sul. Isto deve-se em grande parte à falta de apoio e solidariedade para com as vítimas e as comunidades afetadas durante a guerra e nos anos pós-guerra. As mobilizações comunitárias também levantaram questões como a pobreza persistente e a discriminação enfrentada pela comunidade Tâmil Malaiyaha. Destacou os baixos salários recebidos pela comunidade, a falta de serviços e as discrepâncias com os direitos linguísticos. Tal como observado por um ativista que trabalha com a comunidade, “a recente mobilização e ativismo resultaram na atenção que tem sido dada à comunidade com algum esforço para resolver as deficiências, mas ainda há muito a ser feito para resolver as desigualdades.”⁴⁰ A mobilização persistente das vítimas e das comunidades também manteve o espaço aberto para homenagear os entes queridos perdidos durante a guerra e o período pós-guerra, apesar das diversas táticas do Estado para ameaçar, intimidar e restringir os espaços memoriais.

6 Enfrentar o racismo: compreender sucessos e desafios

A discriminação e a violência ao longo das décadas levaram à mobilização massiva discutida na seção anterior. O ativismo das vítimas, das comunidades e de outros manteve a atenção nos múltiplos desafios do Sri Lanka e na necessidade de mudança. Esta mobilização também pressionou várias administrações a iniciar investigações sobre violências e incidentes específicos e a instituir reformas estruturais e legislativas. Por exemplo, a mobilização das vítimas e de outras pessoas sobre os desaparecimentos forçados levou à nomeação de várias comissões de inquérito. A pressão pela responsabilização também resultou na nomeação de outras comissões de inquérito, como a Comissão de Inquérito de Udalagama. E o impulso para reformas e medidas de reconciliação resultou na Comissão de Lições Aprendidas e Reconciliação. Embora não exista uma resposta definitiva quanto ao impacto de tais iniciativas estatais na procura, por parte das vítimas, por justiça, é preciso reconhecer que estas iniciativas produziram conclusões que reconheceram as violações ocorridas durante a guerra e a necessidade de medidas a serem tomadas pelas autoridades.

São as contínuas exigências e o ativismo das vítimas e da sociedade civil que têm mantido a pressão internacional sobre o governo. O incumprimento das promessas de verdade, justiça e reconciliação no Sri Lanka resultou na adoção de várias resoluções sobre o Sri Lanka no UNHRC. A Resolução 30/1 é fundamental, pois foi a primeira instância em que o GOSL reconheceu a necessidade de tomar medidas para reconhecer e remediar violações passadas e garantir a não recorrência. O resultado foi um conjunto ambicioso de propostas, incluindo medidas para abordar os desaparecimentos forçados, a verdade e a justiça, as reparações, a liberação de terras, as reformas no setor da segurança e outras medidas de criação de confiança. Embora tenham sido criados dois mecanismos—o Gabinete de Pessoas Desaparecidas e o Gabinete de Reparções—permanecem questões relativas à eficácia de tais mecanismos. Além disso, os outros dois mecanismos ainda não foram estabelecidos.

Estas promessas foram possíveis num momento em que as pessoas procuravam uma mudança. A mudança pacífica de regime que ocorreu em 2015 gerou muita expectativa de que o “Governo Yahapalanaya” iniciasse reformas estruturais e legislativas. Houve alguns sinais encorajadores, incluindo a introdução da Décima Nona Emenda à Constituição, algumas liberações de terras no Norte do Sri Lanka, o canto do hino nacional em Tâmil no evento do Dia da Independência e a criminalização dos desaparecimentos forçados. No entanto, muitas das promessas feitas ainda não foram cumpridas. Isto é caracterizado como “meias medidas” de direitos humanos. O fracasso na implementação integral das reformas é atribuído à falta de vontade política e de liderança para resolver questões complexas, bem como aos desafios de governança interna que atingiram o auge em 2018 com o golpe constitucional que paralisou a governança durante 52 dias.

O golpe constitucional em 2018 e os ataques do Domingo de Páscoa em 2019 expuseram a falha na comunicação dentro do Governo Yahapalanaya e as fissuras internas. Também exacerbou as incertezas e a apreensão entre muitos que sentiam que a segurança nacional e a economia precisavam de ser priorizadas. A retórica promovida pelo campo de Rajapaksa e pela sua máquina de relações públicas foi capaz de satisfazer o apetite público por um líder forte, alimentando o etno-nacionalismo e ideologias específicas. O espaço para trabalhar sobre a coexistência e a reconciliação diminuiu, sendo substituído por uma narrativa de extremistas de linha dura alimentada pelo medo e pelo etno-nacionalismo.

Verdade e justiça: os esforços para a reforma e a reconciliação

Tentativas recentes de verdade e justiça no Sri Lanka também expuseram os desafios enfrentados pelas vítimas e outras pessoas. Para além das deficiências estruturais e jurídicas, há falta de conhecimentos especializados e de capacidade para lidar com questões complexas como crimes hediondos. A presença do etno-nacionalismo em diferentes esferas é um lembrete constante da necessidade de um trabalho sustentado para abordar as causas profundas dos conflitos que requerem energia e atenção a longo prazo. Há muito trabalho necessário para construir confiança dentro e entre as comunidades. Devido ao Aragalaya em 2022, há uma maior consciência política entre os cidadãos, que está agora sendo usada por muitos para responsabilizar os atores políticos. Este espaço deve ser utilizado para mobilizar e manter a pressão.

O Sri Lanka vê-se agora confrontado com a perspectiva de estabelecer uma Comissão da Verdade e Reconciliação (CVR). Embora ainda seja cedo, as vítimas e a sociedade civil questionaram a necessidade de uma CVR, quando o Sri Lanka teve várias comissões anteriores, resultando em implementações limitadas das suas recomendações. Outros também criticam a priorização de uma CVR quando o Sri Lanka é atormentado pela impunidade no que diz respeito à atenção e aos recursos necessários para lidar com a responsabilização.

Em alguns casos, os tribunais desempenharam um papel importante na defesa do pluralismo e dos direitos fundamentais e na repressão às tentativas do Estado de restringir direitos e minar o Estado de direito.⁴⁶ A determinação do Supremo Tribunal sobre a Décima Terceira Emenda à Constituição foi um momento importante na jurisprudência que reconheceu a necessidade de devolução do poder dentro de um país unificado e reconheceu as exigências dos partidos minoritários por um modelo de partilha de poder. Desde então, diversas outras determinações e despachos do Supremo Tribunal reconheceram o papel dos conselhos provinciais e a delegação de poderes. Os tribunais também ouviram casos de apropriação de terras e, em alguns casos, instaram o Estado a desistir de práticas arbitrárias que privam as pessoas das suas terras (ou que forneçam compensação quando o fazem).

No entanto, nos casos em que o PTA e a Lei do PIDCP foram utilizados, os tribunais têm hesitado um pouco em desafiar o Estado, amplificando a percepção de que o Estado é todo-poderoso na determinação do que se enquadra na segurança nacional e na harmonia religiosa e racial. Dito isto, recentemente o Supremo Tribunal divergiu desta posição em casos em que regulamentos foram emitidos ao abrigo do PTA (em 2021) e regulamentos de emergência (em 2019 e 2022). Em vez disso, isto levou o Supremo Tribunal a suspender alguns regulamentos e a conceder autorização para prosseguir outros, reconhecendo que há uma questão a rever. Apesar de algumas boas notícias com o poder judicial, há também casos em que os tribunais emitiram ordens para evitar eventos de memorialização no Norte e impedir o direito do povo Tâmil de recordar os seus entes queridos perdidos. Noutros casos, o Supremo Tribunal recusou autorização para prosseguir em vários pedidos de direitos fundamentais que contestavam a política de cremação forçada. Isto levantou preocupações quanto à posição do Tribunal sobre os direitos das minorias.⁴⁷

Existem também preocupações relativamente à implementação seletiva de leis pelo braço executivo que visa algumas comunidades e protege outras. Por exemplo, a utilização da Lei PIDCP em 2023 para atingir indivíduos como comediantes e blogueiros deve ser contrastada com outros casos recentes em que o clero budista que incita à violência contra as minorias nunca foi responsabilizado.

Além disso, as autoridades não tomaram medidas contra o clero budista e outros que são acusados de apropriação de terras no Norte e no Leste, mas ameaçaram tomar medidas contra as minorias.

E, no entanto, é preciso reconhecer mudanças positivas para reconhecer a violência, a discriminação e outras práticas que visam as minorias étnicas e religiosas e reprimir as políticas e práticas racistas. O papel desempenhado pelos atores comunitários e religiosos na mitigação ou prevenção da violência também deve ser observado. Após os ataques do Domingo de Páscoa em 2019, grupos inter-religiosos e líderes comunitários

desempenharam um papel fundamental na contenção de alguma violência e na garantia da existência de sistemas de alerta precoce. Os atores locais também desempenharam um papel no Norte e no Leste para resolver questões inter-religiosas e conflitos fundiários. Eles mantiveram um diálogo dentro e entre as comunidades. Mais recentemente, os atores locais conseguiram impedir a erupção da violência na cidade de Trincomalee e noutras áreas do Leste, locais que testemunharam violência ao longo das décadas. Estes são exemplos em que as entidades locais conseguiram desempenhar um papel eficaz na prevenção de conflitos e talvez possam ser vistos com algum otimismo para o futuro.

7 Conclusão e Recomendações

Este estudo de caso fala dos desafios contínuos relativos ao racismo que podem contribuir para riscos de atrocidades. Os ciclos de violência e as políticas e práticas discriminatórias do Sri Lanka tornam-no num terreno fértil para potenciais violências no futuro. Várias medidas podem ser tomadas a curto, médio e longo prazo no que diz respeito à reforma jurídica e política, às medidas estruturais e à sensibilização. As seguintes recomendações são feitas ao governo do Sri Lanka, aos atores internacionais (incluindo doadores, a ONU e agências internacionais) e, finalmente, aos atores locais, incluindo a sociedade civil, grupos comunitários, académicos e meios de comunicação social.

Recomendações para o governo do Sri Lanka

- Demonstrar liderança política no combate ao racismo e às causas profundas dos conflitos. Isto pode ocorrer de diferentes maneiras, desde fazer declarações públicas e iniciar reformas políticas e jurídicas, até demonstrar tolerância zero em relação ao racismo, ao incitamento e à violência.
- Tomar medidas para responsabilizar os perpetradores, iniciando processos de responsabilização nacionais independentes.
- Rever e reformar os quadros institucionais, incluindo as reformas estruturais necessárias para resolver casos profundos de conflito e falta de responsabilização.
- Rever as leis e políticas existentes que alimentam o racismo e proporcionar reformas para prevenir a ocorrência de crimes hediondos.
- Garantir a plena implementação de leis e políticas para combater o racismo, a discriminação e a impunidade.
- Apoiar iniciativas que se concentrem na sensibilização e no envolvimento dos cidadãos e em atividades educativas que apoiem e exacerbem o racismo, incluindo notícias falsas, desinformação, discurso de ódio, discriminação e formas de violência.
- Introduzir e implementar reformas estruturais e jurídicas para monitorizar de forma independente os meios de comunicação tradicionais e as redes sociais e a distribuição de notícias falsas, desinformação, desinformação e discurso de ódio. Incluir nas reformas poderes para moderação de conteúdo e, se necessário, capacidade de suspender e/ou cancelar licenças.
- Iniciar reparações individuais e coletivas, incluindo a memorialização de ciclos passados de violência.

Recomendações para atores internacionais, incluindo doadores, a ONU e agências internacionais

- Apoiar os esforços do estado para combater o racismo e implementar medidas e mecanismos de prevenção eficazes.
- Fornecer os recursos e formação necessários aos atores locais, incluindo a sociedade civil, comitês de cidadãos, comitês de mesquitas e atores nos meios de comunicação social, a fim de combater o racismo e manter sistemas de alerta precoce eficazes.
- Apoiar documentação e outras iniciativas que capturem tendências e práticas que possam informar intervenções políticas e medidas práticas de prevenção.
- Monitorizar tendências de racismo e crimes hediondos e explorar medidas internacionais que possam responsabilizar governos e indivíduos, incluindo processos judiciais, proibições de viagens e sanções financeiras.
- O Conselho dos Direitos Humanos da ONU, a União Europeia e outros devem continuar a monitorizar a situação dos direitos humanos e iniciar as medidas necessárias para prevenir crimes hediondos.
- Fornecer apoio financeiro e técnico para sistemas de alerta precoce, sensibilização e trabalho educativo.

Recomendações para a sociedade civil, grupos comunitários, académicos e meios de comunicação

- Mapear os mecanismos existentes a nível local/comunitário e identificar pontos fortes, lacunas e limitações.
- Envolver-se no diálogo com grupos comunitários e religiosos e fornecer recursos para um sistema de alerta precoce eficaz.
- Desenvolver material educativo sobre as experiências do Sri Lanka com a violência, as causas profundas do conflito e questões relacionadas, com foco no envolvimento dos jovens e do público em geral.
- Realizar iniciativas de sensibilização e programas de educação cidadã sobre racismo, crimes hediondos e questões relacionadas.
- Realizar formações para os meios de comunicação social, sociedade civil, académicos e outros sobre a identificação de fatores desencadeadores/de risco e formas de mitigar e prevenir o incitamento e a violência.

Referências

Bhavani Fonseka & Luwie Ganeshathasan (eds), *Salient Aspects of Public Interest Litigation Jurisprudence in Sri Lanka*. CPA 2023

Bhavani Fonseka & Uvin Dissanayake, *Sri Lanka's Vistas of Prosperity and Splendour: A Critique of Promises Made & Present Trends*, Centre for Policy Alternatives 2021

Bhavani Fonseka, "Sri Lanka's Crisis and the Power of Citizen Mobilization," Carnegie Endowment for International Peace, June 2022 <https://carnegieendowment.org/2022/06/30/sri-lanka-s-crisis-and-power-of-citizen-mobilization-pub-87416>

Bhavani Fonseka, *Elusive Justice & Emblematic Cases in Sri Lanka*. CPA, 2023.

- Bhavani Fonseka, *Transitional Justice in Sri Lanka: Moving Beyond Promises*. CPA 2017.
- Chulani Kodikara, "The Office on Missing Persons post-2020: Who and What is it for?," SSA, November 2021
- Chulani Kodikara. "Inscriptions and Erasures, Grief, Hope and Rights: A Struggle for Truth and Justice for Disappearances in Postwar Sri Lanka." PhD diss., University of Edinburgh, 2021.
- Danushka Medewatte, "Walking on a Tight Rope: Sri Lanka's Fragile Transitional Justice Process," *Harvard Human Rights Journal Online Symposium 'Transitional Justice in Context' (2017)*
<http://harvardhrj.com/wp-content/uploads/sites/14/2017/10/Medawatte.pdf>
- Department of Census and Statistics (2012) Census of Population and Housing
- Dharsha Jegatheeswaran, "Heeding Victims' Voices: The Struggle of Tamil Families of the Disappeared in Sri Lanka" *Just Security*, March 3, 2021 <https://www.justsecurity.org/75095/heeding-victims-voices-the-struggle-of-tamil-families-of-the-disappeared-in-sri-lanka/>
- Harini Amarasuriya, "Protests and Counter Protests: Competing Civil Society Spaces in Post-war Sri Lanka," *Economic and Political Weekly*, Vol. 50, No. 9 (2015) pp. 49-55
- International Commission of Jurists, *Authority without Accountability: The Crisis of Impunity in Sri Lanka* (ICJ 2012)
- Jayadeva Uyangoda, *Questions of Sri Lanka's Minority Rights*. International Centre for Ethnic Studies, 2001.
- Jonathan Spencer, *Sri Lanka: History and the Roots of Conflict*. 1st ed., Routledge, 1990.
- Kate Cronin-Furman, "Human Rights Half Measures: Avoiding Accountability in Post War Sri Lanka," *World Politics* 72(1) (2020) 121-163.
- Kate Cronin-Furman, *Hypocrisy and Human Rights: Resisting Accountability for Mass Atrocities*. Cornell University Press, 2022.
- Kishali Pinto-Jayawardena, *Still Seeking Justice in Sri Lanka: Rule of Law, the Criminal Justice System and Commissions of Inquiry since 1977*. International Commissions of Jurists, 2010.
- Kristine Höglund & Camilla Orjuela, "Winning the peace: conflict prevention after a victor's peace in Sri Lanka," *Contemporary Social Science* 6:1 (2011) 19-37.
- Kristine Höglund & Camillia Orjuela, "Friction and the Pursuit of Justice in Post-War Sri Lanka," *Peacebuilding* 1 (3): (2013) 300-316.
- Kristine Höglund, "Testimony under threat: Women's voices and the pursuit of justice in post war Sri Lanka," *Human Rights Review* 20: (2019) 361-382.
- Kumari Jayawardena & Kishali Pinto-Jayawardena (eds.) *The Search for Justice: The Sri Lanka Papers*. 1st ed., Zubaan, 2016.
- Malathie De Alwis, "Disappearance and Displacement in Sri Lanka," *Journal of Refugee Studies* 22(3) (2009) 378-391
- Mark Drumbl, *Atrocity, Punishment, and International Law*. New York: Cambridge University Press, 2007.
- Meera Srinivasan. "In Sri Lanka, Tamil mothers of disappeared mark 2,000 days of struggle." *The Hindu*, August 12, 2022.
- Neloufer De Mel, "The Promise of the LLRC: Women's Testimony and Justice in Post-War Sri Lanka," International Centre for Ethnic Studies Research Paper No: 4 (2013).
- Nira Wickramasinghe, "After the War: A new patriotism in Sri Lanka?," *The Journal of Asian Studies* 68(4) (2009) 1045-1054
- Rajan Hoole & Kirupa Hoole, *Democracy Stillborn: Lanka's Rejection of Equal Rights at Independence?*. Sailfish 2022

- Rajan Hoole, *Palmyra Fallen: From Rajani to War's End*. University Teachers for Human Rights (Jaffna), 2015.
- Richard Gowing, "War by Other Means? An analysis of the contested terrain of transitional justice under the 'Victor's Peace' in Sri Lanka" *Working Paper No. 13-138*. London: London School of Economics, 2013.
- Sharika Thiranagama, "Claiming the State: Postwar Reconciliation in Sri Lanka," *Humanity: An International Journal of Human Rights, Humanitarianism and Development* 4(1): (2013) 93-116.
- Sharika Thiranagama, "In Praise of Traitors: Intimacy, betrayal, and the Sri Lankan Tamil community." In *In Traitors: Suspicion, Intimacy, and the Ethics of State-Building*, edited by Sharika Thiranagama & Tobias Kelly. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2010.
- Sharika Thiranagama, *In My Mother's House: Civil War in Sri Lanka*. 1st edn, University of Pennsylvania Press, 2011.
- Shreen Saroor, *The Muslims in Post War Sri Lanka: Repression, Resistance & Reform*. Colombo: Alliance for Minorities, 2021.
- Stanley Tambiah, *Leveling Crowds: Ethnonationalist Conflicts and Collective Violence in South Asia*. 1st edn, University of California Press, 1996.
- Stanley Tambiah, *Sri Lanka—Ethnic Fratricide and the Dismantling of Democracy*. 1st edn, Chicago University Press, 1986.
- Vijay Nagraj & Farzana Haniffa, *Towards Recovering Histories of Anti-Muslim Violence in the Context of Sinhala-Muslim Tensions in Sri Lanka*. International Centre for Ethnic Studies, 2017.

Relatórios de Iniciativas de Estados

- | | |
|--|--|
| Final Report of the International Independent Group of Eminent Persons 2008 | Interim Report, Office on Missing Persons 2018 |
| Final Report—Consultations Task Force on Reconciliation Mechanisms 2016 | Lessons Learnt and Reconciliation Commission Report 2011 |
| Interim Report of the First Mandate of the Presidential Commission of Inquiry into Complaints of Abductions and Disappearances 2015a | Report of the Presidential Truth Commission on Ethnic Violence (1981-84) |
| Interim Report—The Office on Missing Persons Bill and Issues Concerning the Missing, the Disappeared and the Surrendered, Consultation Task Force 2016 | Report of the Special Rapporteur on Conflict Related Human Rights Violations—National Human Rights Commission 2006 |
| | Second Mandate, Presidential Commission of Inquiry into Complaints of Abductions and Disappearances 2015b |

Documentos Internacionais

Joint Statement by the GoSL & the UN at the Conclusion of UN Secretary—General’s visit to Sri Lanka (2009)

Oral Update by the United Nations High Commissioner for Human Rights on the Situation of Human Rights in Sri Lanka 2023

Report of the OHCHR Investigation on Sri Lanka (OISL) (2015)

Report of the Special Rapporteur on contemporary forms of slavery, including its causes and consequences on the visit to Sri Lanka HRC/51/26/Add.1 (2022)

Report of the Special Rapporteur on the promotion of truth, justice, reparation and guarantees of non-recurrence on the visit to Sri Lanka HRC/45/45/Add.1 (2020)

Report of the United Nations High Commissioner for Human Rights on the Situation of Human Rights in Sri Lanka 2014

Report of the United Nations High Commissioner for Human Rights on the Situation of Human Rights in Sri Lanka 2021

Report of the United Nations High Commissioner for Human Rights on the Situation of Human Rights in Sri Lanka 2022

UNHRC Resolution on Promoting Reconciliation, Accountability and Human Rights in Sri Lanka, HRC/Res/46/1 (2021)

UNHRC Resolution on Promoting Reconciliation, Accountability and Human Rights in Sri Lanka, HRC/Res/51/1 (2022)

United Nations, *Report of the Secretary General’s Panel of Experts on Accountability in Sri Lanka* (2011)

Notas finais

1 O seguinte estudo de caso foi escrito por um consultor independente em nome da Iniciativa Global para Justiça, Verdade e Reconciliação (GIJTR). Este estudo de caso é informado por uma combinação de pesquisa documental, análise de documentos e entrevistas. Portanto, reflete essas perspectivas e descobertas, conforme compiladas e escritas pelo(s) autor(es) consultor(es). Os entrevistados foram anonimizados para garantir a sua segurança e privacidade, mas o GIJTR agradece o tempo e a participação de todos os entrevistados.

2 Censo, 2012.

3 Hoole 2015.

4 Ibid.

5 OISL, 2015.

6 OISL 2015; OHCHR 2021; OHCHR 2022.

7 Uyangoda, 2001

8 Uyangoda 2001; Hoole 2015

9 Thiranagama, 2010.

10 Hoole, 2015; OISL, 2015; POE 2011; Spencer, 1990.

11 Interview with civil society activist, June 2023.

12 Hoole, 2015; OISL, 2015; POE 2011

13 Nagraj & Haniffa, 2017.

14 Nagraj & Haniffa, 2017; Saroor 2021.

15 Saroor, 2021.

16 Fonseka & Dissanayake, 2021.

17 Saroor, 2021.

18 Fonseka & Dissanayake, 2021.

19 Interview with academic in Jaffna, May 2023.

20 Fonseka & Dissanayake, 2021; Saroor, 2021.

21 Hoole, 2022; UN Special Rapporteur, 2022; CTF, 2017.

22 Hoole, 2022.

23 Interview with activist, June 2023.

24 CTF, 2017.

25 Fonseka & Dissanayake, 2021.

26 Ibid.

27 Ibid.

28 Hoole, 2015; OISL, 2015.

29 Interview with educator/activist in Batticaloa, May 2023.

30 POE, 2011; OISL, 2015.

31 OHCHR, 2021.

32 Fonseka & Dissanayake, 2021.

33 Hoole, 2015; Saroor, 2021.

34 Interview with a former commissioner of a state initiative, May 2023.

35 Fonseka, 2022; Amarasuriya, 2015.

36 De Alwis 2009; Kodikara 2021.

37 Fonseka, 2022.

38 Ibid.

39 Fonseka, 2022.

40 Interview with activist June 2023

41 Kodikara, 2021.

42 ICJ, 2012.

43 Medawatta, 2017; Fonseka, 2017.

44 Cronin-Furman, 2020.

45 Fonseka & Dissanayake, 2021

46 Fonseka & Ganeshathasan, 2023.

47 Saroor, 2021.



GIJTR

Global Initiative for Justice
Truth & Reconciliation